JOÃO MATA

CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS

2022 RELATÓRIO de GESTÃO

"OPTIMIZAR a SEGURANÇA dos NOSSOS CLIENTES"

João Nunes da Mata 1972

João Mata
CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS

1. ENVOLVENTE Macro-Económica

De acordo com o Banco de Portugal o ano de 2022 foi marcado pela conjugação dos efeitos da recuperação da crise pandémica, do início da guerra na Ucrânia e da alteração da política monetária na generalidade dos bancos centrais. As atividades económicas mais afetadas pelos confinamentos nos dois anos anteriores apresentaram maior dinamismo, com destaque para o setor do turismo e outros serviços relacionados.

A invasão russa da Ucrânia, em fevereiro de 2022, despoletou um aumento muito acentuado nos preços da energia, em especial do gás natural, que tinham iniciado uma subida no ano anterior, mas também no preço de bens alimentares, nos quais se destaca o trigo.

O aumento dos preços dos bens energéticos e dos bens alimentares nos mercados internacionais propagou-se a outros bens e serviços na economia, fazendo com que a inflação, inicialmente considerada temporária, se tornasse num fenómeno mais persistente. O BCE reverteu logo a orientação acomodatícia da política monetária no primeiro trimestre de 2022, iniciando em julho um ciclo de subida das taxas de juro diretoras.

A taxa de inflação em Portugal atingiu 8,1% em média anual em 2022, o que compara com 8,4% na área do euro.

O índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) em Portugal subiu nos primeiros três trimestres do ano, atingindo um máximo em outubro. Para esta evolução contribuiu, em particular, a evolução dos preços dos bens alimentares e, em menor grau, dos energéticos. A inflação excluindo estas duas categorias de bens situava-se, no final do ano, em 5,5% em Portugal, próxima do valor na área do euro.

Em 2022, o produto interno bruto (PIB) aumentou 6,7% em Portugal e 3,5% na área do euro. Comparando com os valores pré-pandémicos, a atividade económica em Portugal cresceu ligeiramente mais do que na área do euro.

Em 2022, o consumo privado cresceu 5,8% e superou o nível pré-pandemia. As famílias retomaram decisões de consumo adiadas durante a pandemia, com um crescimento de 11,6% na despesa em bens duradouros e de 5,3% no consumo corrente.

A taxa de poupança reduziu-se para 6,1%, após valores de 11,9% e 9,9% em 2020 e 2021, respetivamente. Esta evolução traduz o caráter intertemporal da poupança e deve ser interpretada à luz da evolução da riqueza e do rendimento disponível nos anos da pandemia. A redução da poupança decorreu não só do aumento do consumo, mas também do menor crescimento do rendimento disponível real, que se situou em 1,5% em 2022, após 2,4% no ano anterior. Ao longo do ano, observou-se uma dinâmica mais moderada do consumo associada à degradação da envolvente externa, à persistência dos efeitos adversos da inflação sobre o rendimento real – ainda que mitigados pelas políticas públicas – e aos efeitos das subidas nas taxas de juro sobre os encargos das famílias.

A escassez de mão de obra e o aumento dos custos de financiamento foram apontados pelos empresários como fatores limitativos à atividade em 2022, sobretudo no setor da construção. Tal ocorre num contexto de subutilização historicamente baixa no mercado de trabalho e de uma subida acentuada das taxas de juro. A recuperação da atividade nos parceiros comerciais da economia portuguesa prosseguiu em 2022.

Apesar dos efeitos negativos da guerra na Ucrânia e do aumento da inflação e das taxas de juro, a procura externa dirigida à economia portuguesa cresceu 7,8% em 2022, o que contribuiu para o forte dinamismo das exportações de bens e serviços. As exportações de bens e serviços cresceram 16,7% em 2022, com um aumento de 5,1% nos bens e de 43,1% nos serviços. O crescimento das exportações de bens foi inferior ao do ano anterior, refletindo a evolução da procura externa. A recuperação muito acentuada das exportações de serviços relaciona-se sobretudo com o

segmento do turismo, cujas exportações cresceram 81% em 2022, tendo ultrapassado os valores pré-pandemia no final desse ano. Tal constituiu uma antecipação do momento de recuperação do setor face ao que se esperava. Porém, foi igualmente assinalável o crescimento de 22% das exportações de outros serviços, nos quais se incluem os serviços ligados à informática e telecomunicações e os serviços de transporte. As importações de bens e serviços cresceram 11,1% em 2022, menos 2,1 pp do que no ano anterior.

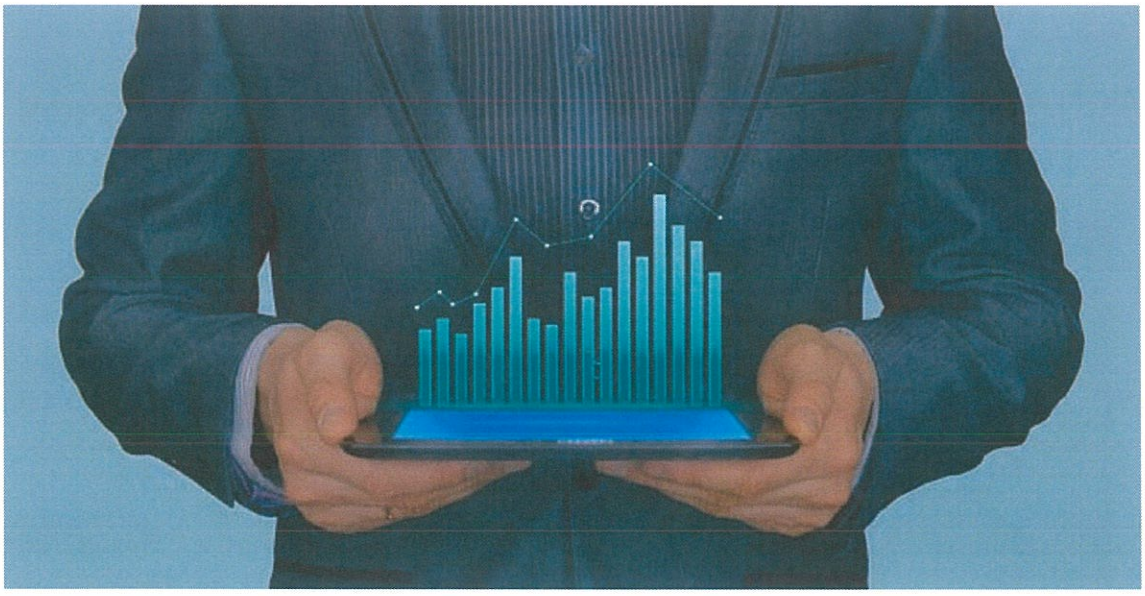
Em 2022, o valor acrescentado bruto (VAB) cresceu 6,3% no conjunto da economia, 1,5 pp acima do observado no ano anterior.

O emprego cresceu 2% em 2022, após ter recuperado o nível pré-pandemia na primeira metade de 2021.

Em 2022, a taxa de desemprego situou-se em 6%, um valor inferior ao observado antes da pandemia e abaixo da taxa de desemprego natural, que se estima em torno de 7%.

Os salários por trabalhador cresceram 6,1% no conjunto da economia e 7,6% no setor privado.

2. MERCADO de SEGUROS



No ano de 2022, o volume da produção de seguro direto em Portugal oscilou para os 10.9 mil milhões de euros, refletindo um decréscimo de - 10.85% face ao valor verificado em 2021.

Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto (em milhares de euros)					
	Total 2019	Total 2020	Total 2021	Total 2022	Var 22 Vs. 21
Total	**11 010 922 €**	**8 846 769 €**	**12 242 988 €**	**10 914 445 €**	**-10,85%**
Ramo Vida	**6 576 800 €**	**4 248 795 €**	**7 393 153 €**	**5 685 894 €**	**-23,09%**
Contratos de Seguro	**3 412 736 €**	**1 566 072 €**	**1 614 457 €**	**1 749 498 €**	8,36%
Contratos de Investimento	**3 164 065 €**	**2 682 722 €**	**5 778 696 €**	**3 936 396 €**	-31,88%
Ramos Não Vida	**4 434 121 €**	**4 597 974 €**	**4 849 835 €**	**5 228 551 €**	**7,81%**
Acidentes e Doença	**1 772 349 €**	**1 844 921 €**	**2 006 110 €**	**2 201 332 €**	9,73%
Acidentes de Trabalho	788 051 €	804 800 €	871 023 €	934 333 €	7,27%
Acidentes Pessoais	132 693 €	115 076 €	127 464 €	140 309 €	10,08%
Pessoas Tranportadas	1 442 €	529 €	464 €	400 €	-13,76%
Doença	850 163 €	924 516 €	1 007 158 €	1 126 289 €	11,83%
Incêndio e Outros Danos	**788 766 €**	**827 039 €**	**885 339 €**	**948 099 €**	7,09%
Automóvel	**1 522 632 €**	**1 565 861 €**	**1 578 020 €**	**1 649 568 €**	4,53%
Marítimo e Transportes	**20 211 €**	**19 528 €**	**22 063 €**	**23 958 €**	8,59%
Aéreo	**8 714 €**	**10 322 €**	**10 132 €**	**10 978 €**	8,35%
Mercadorias Transportadas	**20 040 €**	**18 804 €**	**19 266 €**	**21 907 €**	13,71%
Responsabilidade Civil Geral	**106 770 €**	**109 942 €**	**123 035 €**	**131 799 €**	7,12%
Diversos	**194 639 €**	**201 556 €**	**205 871 €**	**240 911 €**	17,02%

Fonte ASF: Produção das Empresas Nacionais e Sucursais Fora da UE por Ramo

Efetuando uma análise por ramos, o ramo Vida apresenta uma performance negativa com uma quebra de -23.09% (-1.7 Biliões de Euros) refletida essencialmente da baixa de contratos de investimento. O ramo Não Vida mantém a tendência dos últimos anos, com um aumento da produção de 7.81%, com destaque para os ramos Doença e Automóvel que juntos representam 190.9 Mil Milhões de euros em crescimento, ou seja, são responsáveis por 50,3% do crescimento do ramo não vida.

3. JOÃO MATA CORRETORES e CONSULTORES de SEGUROS LDA.

João Mata Lda. desenvolve a sua atividade como corretor e consultor de seguros desde 1972, sendo uma das entidades com maior notoriedade no mercado português e está presente em Lisboa, Viseu e Porto.

A nossa matriz de acionistas mantém-se inalterada e reforçada o que nos permite uma total independência na busca das melhores soluções para os nossos clientes e uma compreensão clara das suas necessidades.

João Mata Lda. reforçou a parceria com a maior rede mundial de corretores independentes a **ASSUREX Global**, o que nos permite ter uma visão global do mercado em todos os continentes.

Em particular com os nossos parceiros da ASSUREX Global desenvolvemos em 2022 mais e melhores relações com o objetivo de desenvolvemos novas soluções e processos para os nossos clientes.

Em 2022 João Mata Lda. focalizou a gestão e recursos na consolidação da equipa de JM, na relação e continua aproximação aos nossos parceiros e fornecedores, com mais e maior partilha de informação e de necessidades e claro aos nossos clientes, com especial enfoque na busca de soluções centradas na necessidade real quer ao nível *Corporate*, quer ao nível Particular.

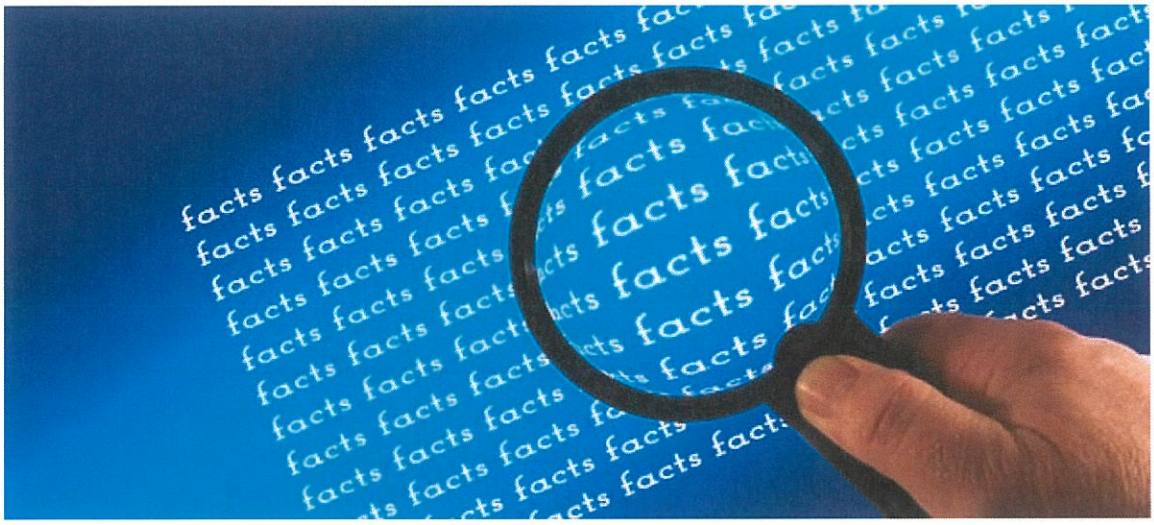
Assim João Mata Lda. irá continuar a desenvolver:

- Ferramentas de apoio à gestão diária e à partilha de conhecimento
- A melhoria da relação com os clientes através da disponibilização de soluções de acesso a João Mata, de soluções de interação/relação e oferta dedicada a segmentos dos 2 ramos Vida e Não Vida
- Melhoria da eficácia da gestão das pessoas
    - Mais e melhor envolvimento
    - Maior disponibilidade e relação interpessoal
    - Partilha constante de experiência e conhecimento
- Focalizar nos clientes e no conhecimento dos mesmos, através da interação e partilha de soluções que permitam aos clientes melhorar os seus resultados

3.1. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

No exercício de 2022, João Mata Lda., teve no seu volume de negócios uma quebra no volume de vendas que resulta da saída de três clientes, quer por *compliance*, quer por decisão comum entre João Mata Lda. e o cliente, fruto do equilíbrio e sustentabilidade e ratios técnicos que queremos manter. A variação, que representou (-10,1%) Vs. 2021, foi sustida pela entrada de novos clientes durante o 2º semestre de 2022 cujo total valor só será refletido em 2023.

Mantendo o nível de gastos com o pessoal do ano anterior, e ainda fruto da reestruturação de colaboradores, iniciada em 2020 e concluída em 2021, houve uma redução de – 33 413,62 €, o que correspondeu a uma variação positiva de + 1,9%.



A rubrica de Fornecedores e Serviços Externos (FSE) teve em relação a 2021 um aumento de 30 812,42 €, correspondente a + 4,6%.

3.2. BALANÇO (rúbricas)

Tabela de informação

JOÃO MATA Lda. INDICADORES 2022		
ACTIVO TOTAL	+ 162 626,26 €	**3,60%**
CAPITAL PRÓPRIO	+ 267 489,86 €	**9,20%**
SOLVABILIDADE GERAL		**213,07%**
AUTONOMIA FINANCEIRA		**68,06%**

Fonte: R&C 2022 JM Lda. (DF)

4. DISPOSIÇÕES LEGAIS

Não existem quaisquer dividas em mora ao Estado Português e à Segurança Social. Não foram celebrados negócios ou operações significativas em termos económicos por qualquer das partes envolvidas na Sociedade.

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O EXERCÍCIO

Não são conhecidos à data quaisquer factos relevantes após o termo do exercício com impacto significativo nas demostrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Apesar da perda de volume de negócios no exercício de 2022, João Mata Lda fechou, conforme atrás mencionado iniciou já durante o ano de 2022 a gestão de novos clientes e contas terão efeito na performance Vs. 2022

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Sociedade João Mata Lda. encerrou o exercício de 2022 com um resultado líquido positivo 465.989,86 €.

Considerando as disposições legais e estatutárias, a Gerência propõe aos Sócios que seja feita a seguinte aplicação de resultados:

6.1. O resultado líquido de 465.989,86 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos) seja afeto para a conta de Resultados Transitados

7. PERSPECTIVAS

As alterações que a tecido social apresenta, bem como a redefinição que alguns dos nossos parceiros apresentam ou irão apresentar, com movimentações de concentração ou alterações na oferta, nos pilares estratégicos, na relação com a distribuição e na forma como interpretam o mercado, são e serão essenciais para que João Mata Lda. possa aproveitar as oportunidades e focar quer na busca de novas soluções, quer no fortalecimento da relação com os nossos clientes, quer na maior exigência interna e para com os nossos parceiros e fornecedores de negócio.

Para João Mata Lda. o ciclo de 2023 é importante para dinamizar a nossa relação e imagem, sublinhado como objetivos essenciais:

- O crescimento sustentado
- Continuar a melhorar processos que simplifiquem e permitam melhor relação
- Maior simplicidade e rapidez na resposta aos clientes
- Aumentar a nossa influência através de canais de venda alternativos e de soluções apoiadas
- Melhorar e aumentar a nossa relação entre as parcerias e mercados

8. NOTAS FINAIS

A performance de João Mata Corretores e Consultores de Seguros é possível dado o apoio de todas as entidades seguradoras, companhias e escritórios de representação e parceiros, bem como com o apoio e confiança da Autoridade de Supervisão.

À equipa João Mata, sublinhamos a dedicação, a resiliência, a vontade de todos os dias melhorar o que permite a resposta às exigências e a confiança continua dos nossos Clientes. Esta forma de estar só é possível, também, com o apoio continuo das respetivas famílias de cada um.

16/06/2023

JOÃO MATA
CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS

Demonstrações Financeiras

João Mata, Lda. – Corretores e Consultores de Seguros

31 de dezembro de 2022

ÍNDICE GERAL

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2022
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2021
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
1. NOTA INTRODUTÓRIA 2
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 2
3.1. Bases de apresentação 3
3.2. Ativos fixos tangíveis (AFT) 3
3.3. Propriedades de investimento 4
3.4. Ativos intangíveis 4
3.5. Imparidade de ativos 5
3.6. Locações 6
3.7. Participações financeiras 6
3.8. Imposto sobre o rendimento 7
3.9. Instrumentos financeiros 9
3.10. Reconhecimento do rédito 11
3.11. Subsídios do Governo 12
3.12. Custos de empréstimos obtidos 12
3.13. Transações e saldos em moeda estrangeira 13
3.14. Reconhecimento de gastos e rendimentos 13
3.15. Gastos e Rendimentos de financiamentos 13
3.16. Benefícios dos empregados 14
3.17. Provisões 14
3.18. Ativos e passivos contingentes 14
3.19. Acontecimentos subsequentes 15
3.20. Juízos de valor 15
3.21. Principais pressupostos relativos ao futuro 16
3.22. Principais fontes de incerteza 16
4. FLUXOS DE CAIXA 17
5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS 17
6. ATIVOS INTANGÍVEIS 18
7. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS 19
7.1. Participações financeiras reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial 19
7.2. Participações financeiras reconhecidas pelo método do custo 21
7.3. Outros investimentos financeiros 22
8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS 23
9. CLIENTES 23
10. FORNECEDORES 24
11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES 24
12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER 24
13. IMPARIDADE DE ATIVOS 25
14. DIFERIMENTOS 25
15. PROVISÕES 25
16. CAPITAL PRÓPRIO 26
16.1. Capital Social 26
16.2. Restantes rubricas de Capital Próprio 26
17. LOCAÇÕES 28
17.1. Locações financeiras 28
17.2. Locações operacionais 28
18. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 28
19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 29
20. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR 29
21. RÉDITO 30
22. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO 30
23. GANHOS E PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS 31
24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 31
25. GASTOS COM O PESSOAL 31
26. GASTOS/ REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO 32
27. IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES) 32
28. AUMENTOS/ REDUÇÕES DE JUSTO VALOR 32
29. OUTROS RENDIMENTOS 33
30. OUTROS GASTOS 33
31. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES 33
32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 34
33. PARTES RELACIONADAS 34
33.1. Relacionamento com a empresa mãe 34
33.2. Remuneração do pessoal chave da gestão 35
33.3. Transações e saldos entre partes relacionadas 35
34. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 35
34.1. Avales e garantias bancárias prestadas 35
35. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGURO OU DE RESSEGUROS 36

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2022	31 Dezembro 2021
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangiveis	5	334 848,31	258 353,60
Ativos intangíveis	6	24,62	3 273,56
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	32 000,03	76 812,58
Outros investimentos financeiros	7	444 477,31	382 897,74
Total do ativo não corrente		811 350,27	721 337,48
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	-	310,55
Estado e outros entes públicos	19	17 676,57	20,12
Outros créditos a receber	12,13	1 070 050,07	1 074 723,54
Diferimentos	14	27 451,17	18 642,11
Caixa e depósitos bancários	4	2 720 472,06	2 669 340,08
Total do ativo corrente		3 835 649,87	3 763 036,40
Total do ativo		4 647 000,14	4 484 373,88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	16	64 846,00	64 846,00
Reservas legais	16	64 846,00	64 846,00
Outras reservas	16	1 994 214,38	1 994 214,38
Resultados transitados	16	515 176,07	-60 783,91
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	16	57 573,37	57 573,37
		2 696 655,82	2 120 695,84
Resultado líquido do período	16	465 989,86	774 459,98
Total do capital próprio		3 162 645,68	2 895 155,82
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	15	30 407,76	-
Passivos por impostos diferidos	8	311,57	311,57
Total do passivo não corrente		30 719,33	311,57
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	35 081,41	46 162,75
Estado e outros entes publicos	19	83 225,24	196 320,52
Financiamentos obtidos	17,18	6 533,67	6 869,99
Outras dívidas a pagar	20	1 328 695,02	1 339 453,44
Diferimentos	14	99,79	99,79
Total do passivo corrente		1 453 635,13	1 588 906,49
Total do passivo		1 484 354,46	1 589 218,06
Total do capital próprio e do passivo		4 647 000,14	4 484 373,88

A Gerência

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL POR NATUREZAS PARA O PER ODO INDO 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	21	3 134 422,79	3 488 159,04
Subsídios exploração	21,22	168,00	-
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	23	40 012,93	-33 228,25
Fornecimentos e serviços externos	24	-697 511,48	-666 699,06
Gastos com o pessoal	25	-1 756 066,84	-1 789 480,46
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	27	-	-889,58
Provisões (aumentos / reduções)	15	-30 407,76	-
Aumentos / reduções de justo valor	28	-2,27	51,49
Outros rendimentos	29	8 114,20	124 210,84
Outros gastos	30	-92 175,00	-96 757,24
Resultado antes de deprecia es, gastos de inancia ento e i postos		606 554,57	1 025 366,78
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5,6,26	-27 276,18	-12 877,11
Resultado operacional antes de gastos de inancia ento e i postos		579 278,39	1 012 489,67
Juros e rendimentos similares obtidos	21,31	-	611,31
Juros e gastos similares suportados	31	-1 059,10	-665,56
Resultado antes de i postos		578 219,29	1 012 435,42
Imposto sobre o rendimento do período	32	-112 229,43	-237 975,44
Resultado l uido do per odo		465 989,86	774 459,98

A Gerência

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇ ES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PER ODO DE 2022

	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posi ão no in cio do per odo 2022		64 846,00		64 846,00	1 994 214,38	-60 783,91	57 573,37	774 459,98	2 895 155,82
Altera es no per odo									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						575 959,98		-774 459,98	-198 500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	575 959,98	0,00	-774 459,98	-198 500,00
Resultado l uido do per odo								465 989,86	465 989,86
Resultado integral								-308 470,12	267 489,86
Opera es co detentores de capital no per odo									
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posi ão no i do per odo 2022	16	64 846,00	0,00	64 846,00	1 994 214,38	515 176,07	57 573,37	465 989,86	3 162 645,68

O Contabilista Certificado

A Gerência

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇ ES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PER ODO DE 2021

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posi ão no in cio do per odo 2021		64 846,00	64 846,00	1 994 214,38	-745 753,05	57 573,37	744 969,14	2 180 695,84
Altera es no per odo								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					60 000,00	684 969,14	-744 969,14	0,00
		0,00	0,00	0,00	60 000,00	684 969,14	-744 969,14	0,00
Resultado l uido do per odo							774 459,98	774 459,98
Resultado integral							29 490,84	774 459,98
Opera es co detentores de capital no per odo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posi ão no i do per odo 2021	16	64 846,00	64 846,00	1 994 214,38	-685 753,05	742 542,51	774 459,98	2 955 155,82

O Contabilista Certificado

Gonçalo Reis

A Gerência

DEMONSTRAÇÃO DE LU OS DE CAI A DO PER ODO INDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Notas	2022	2021
LU OS DE CAI A DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		3 176 490,60	3 263 738,67
Pagamentos a fornecedores		-767 097,08	-674 066,59
Pagamentos ao pessoal		-1 534 889,40	-1 643 918,47
Cai a gerada pelas opera es		874 504,12	945 753,61
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-251 460,51	-88 388,41
Outros recebimentos / pagamentos		-479 007,09	-1 072 274,97
lu os das atividades operacionais 1		144 036,52	-214 909,77
LU OS DE CAI A DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Paga entos respeitantes a			
Ativos fixos tangíveis		-84 421,10	0,00
Investimentos financeiros		-1 374,49	-4 321,77
Rece i entos provenientes de			
Ativos fixos tangíveis		2 171,78	796,87
Outros ativos		45,55	
lu os das atividades de investi ento 2		-83 578,26	-3 524,90
LU OS DE CAI A DAS ATIVIDADES DE INANCIAMENTO			
Rece i entos provenientes de			
Outras operações de financiamento		0,00	95 060,98
Paga entos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		-8 724,67	-10 294,63
Juros e gastos similares		-601,61	-29,01
lu os das atividades de inancia ento 3		-9 326,28	84 737,34
Varia ão de cai a e seus e uivalentes 1 2 3		51 131,98	-133 697,33
E eito das di eren as de c io		0,00	0,00
Cai a e seus e uivalentes no in cio do per odo		2 669 340,08	2 803 037,41
Cai a e seus e uivalentes no i do per odo	4	2 720 472,06	2 669 340,08

Contabilista Certificado

Gonçalo Reis

Anexo às Demonstrações Financeiras

João Mata, Lda. – Corretores e Consultores de Seguros

31 de dezembro de 2022

1. NOTA INTRODUTÓRIA

JOÃO MATA, LDA. (também referida neste documento como Entidade ou Empresa) é uma sociedade por quotas, constituída em 8 de fevereiro de 1972, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, n 2 1 andar, 1150-084 Lisboa, tendo como atividade principal a corretagem e consultoria de seguros.
A Gerência da Entidade entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n. 158/2009 de 13 de junho e demais legislação complementar, bem como as devidas alterações, em particular as alterações que constam no Decreto-Lei n. 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva n. 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.
Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada dos ativos, passivos e dos resultados da Entidade.
O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.
A Entidade adotou as NCRF pela primeira vez em 2010 aplicando para o efeito a NCRF 3 Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro , desta forma a Entidade preparou o balanço de abertura a 1 de janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospetiva previstas na NCRF 3. As demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas de modo que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2010.
O montante total de ajustamento à data da transição reflete o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para as NCRF, encontrando-se estes ajustamentos reconhecidos em resultados transitados ou noutra rubrica de capitais próprios que se mostre mais apropriada.
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Ativos fixos tangíveis (AFT)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição, necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.
Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunst ncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Edifícios e outras construções	5 a 20 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	3 a 7 anos
Ferramentas e utensílios	3 a 7 anos
Equipamento administrativo	2 a 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	1 a 4 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem os imóveis detidos pela empresa para obter rendas e/ou para valorização de capital, não sendo utilizados na produção, para fins administrativos nem detidos para venda no decurso da atividade normal da empresa.

As propriedades de investimento após mensuração inicial pelo modelo do custo são subsequentemente mensuradas ao justo valor, determinado com base em avaliações efetuadas à data do balanço por entidades especializadas e independentes com adequada formação profissional.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do período, na rubrica de Aumentos/reduções de justo valor .

Não são reconhecidos gastos com depreciações.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos na demonstração dos resultados como um gasto do exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento . Os rendimentos obtidos com as propriedades de investimento, nomeadamente as rendas, são reconhecidas na demonstração dos resultados como um ganho do exercício a que se referem.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos

anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Propriedade industrial	10 anos
Programas de computados	3 a 6 anos

3. . Imparidade de ativos

data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunst ncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se for esse o caso, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão. As perdas por imparidade são registadas na demonstração dos resultados na rubrica Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) , ou na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) , caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.6. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

3.7. Participações financeiras

Os investimentos financeiros em Empresas subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição e subsequentemente ajustadas, em cada período, sendo acrescido ou reduzido pela diferença entre aquele montante e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas Empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros são ajustados pelo valor correspondente à participação da Empresa no resultado líquido das Empresas do grupo, por contrapartida de rendimentos ou gastos do exercício e em outras variações nos capitais próprios dessas Empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas Empresas são registados como uma diminuição do valor da correspondente rubrica de "Ajustamentos em ativos financeiros".

Os rendimentos ou gastos decorrentes de operações de aumento de capital em Empresas subsidiárias e associadas, não subscritas pela Empresa, bem como os decorrentes de outras operações que originem

alterações nas percentagens de participação naquelas Empresas, são registados na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

O método da equivalência patrimonial será suspenso ou não aplicado sempre que existam restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a detentora do capital, caso em que se aplica o método do custo.

Os investimentos financeiros em outras Empresas são registados pelo justo valor, quando este possa ser fiavelmente determinado. Caso contrário, são registados pelo seu valor de aquisição menos perdas por imparidade acumuladas.

Para efeitos de classificação de investimentos financeiros, consideram-se os seguintes grupos de participações:

- Empresas subsidiárias, abrange as participações em Empresas em que se detém o controlo de gestão
- Empresas associadas, abrange as participações em Empresas em que se detém entre 20 e 50 do respetivo capital social
- Outras Empresas, abrange as participações em Empresas em que se detém um valor inferior a 20 do seu capital social.

Os empréstimos concedidos são registados ao custo, ou custo amortizado. Sempre que exista indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação desses investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

A Empresa verifica em cada data de balanço se existe evidência objetiva de imparidade de ativos financeiros.

3. . Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde aos impostos correntes do período os quais podem ser corrigidos pelos impostos diferidos (caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis). Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Nos termos do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "IRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação à taxa de 17 para os primeiros 25 mil euros de lucro, sendo que a partir deste montante aplicar-se-á a taxa de 21 , que pode ser incrementada pela aplicação da Derrama.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente:

- Encargos com viaturas ligeiras de passageiros, motos ou motociclos
- Despesas de representação
- Despesas não documentadas
- Pagamentos a Entidades residentes em regime fiscal claramente mais favorável
- Ajudas de custo e deslocações em viatura própria não faturadas a clientes
- Gastos ou encargos relativos a indemnizações decorrentes da cessação de funções de gestor, administrador e gerente
- Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores e gerentes
- Lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total ou parcial de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (cinco anos para o exercício de 2013, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 e doze anos para os exercícios de 2014, 2015, 2016).
Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2018 a 2022 (esta última ainda não submetida) poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras referidas à data de 31 de dezembro de 2022.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos, os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos, os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Desde 1 de Janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70 do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Os impostos que à data do balanço não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo montante que se estima vir a pagar, com base nas taxas e

nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção do good ill não dedutível para efeitos fiscais.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

3. . Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

a) Contas a receber

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a Empresa tem em consideração a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que prove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido,

eventualmente, do valor sobre o imposto acrescentado recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

b) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e a outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários.

c) Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

d) Empr stimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, consoante o seu vencimento ocorra a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

e) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento financeiro é classificado como um instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada através da entrega de dinheiro ou de outro financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma Entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações/quotas próprias são contabilizadas pelo custo de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das ações/quotas próprias são registados no capital próprio, líquidos de custos de transação, não afetando o resultado do período.

3.10. Reconhecimento do rédito

O rédito relativo a vendas, prestação de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. Os royalties são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.11. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica de "Subsídios à exploração", independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios excito se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

3.12. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente reconhecidos nos custos de aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

3.13. Transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas no período em que a liquidação ou a reavaliação ocorre. No entanto se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico, designadamente os inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio positivas relativas a atividades de financiamento são relevadas na demonstração de resultados como "Juros e rendimentos similares obtidos", enquanto as negativas são relevadas na rubrica "Juros e gastos similares suportados". As demais diferenças de câmbio emergentes de atividades operacionais ou de investimento, são registadas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" e "Outros gastos e perdas", no caso de serem positivas ou negativas, respetivamente.

As diferenças de câmbio resultantes de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras são registadas nos capitais próprios até ao momento da alienação da participada, altura em que as diferenças de câmbio deverão ser reconhecidas como rendimento ou gasto do período.

3.14. Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

3.15. Gastos e Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.16. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídios de refeição, de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso são ainda incluídas as contribuições para a segurança social, os gastos com seguros de acidentes de trabalho e outros gastos de ação social. Incluem ainda eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Resulta da legislação laboral em vigor que o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão da Empresa quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

3.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

3.18. Ativos e passivos contingentes

A empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

3.19. Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até à data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão.
Os eventos ocorridos após a data do balanço, sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.
Os acontecimentos materiais após a data do balanço, que não dão lugar a ajustamentos, são divulgados neste Anexo.

3.20. Juí os de valor

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau

de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

3.21. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.22. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e seus equivalentes que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos bancários a prazo	38 270,00	37 520,00
- Mobilizáveis	-	-
- Relativos a garantias bancárias	38 270,00	37 520,00
Depósitos bancários à ordem	2 677 944,80	2 628 065,82
Caixa	4 257,26	3 754,26
Caixa e depósitos banc rios	2 720 472,06	2 669 340,08

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.22							
	Terrenos	Edific. e Outr. Construç.	Equip. b sico	Equip. transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	AFT em curso	Total
Ativos								
Saldo Inicial	66 402,75	204 279,98	0,00	61 791,36	646 271,88	443 729,10		1 422 475,07
Aquisições		15 000,00	1 100,85	84 421,10	0,00			100 521,95
Alienações								0,00
Saldo Final	66 402,75	219 279,98	1 100,85	146 212,46	646 271,88	443 729,10	0,00	1 522 997,02
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	0,00	77 220,77	0,00	3 541,36	639 630,24	443 729,10		1 164 121,47
Amortizações do exercício		4 425,26	11,47	16 733,77	2 856,74			24 027,24
Alienações								0,00
Saldo Final	0,00	81 646,03	11,47	20 275,13	642 486,98	443 729,10	0,00	1 188 148,71
Ativos Líquidos	66 402,75	137 633,95	1 089,38	125 937,33	3 784,90	0,00	0,00	334 848,31

	31.12.21						
	Terrenos	Edific. e Outr. Construç.	Equip. transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	AFT em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	66 402,75	204 279,98	37 891,36	645 588,86	443 729,10		1 397 892,05
Aquisições			59 900,00	683,02			60 583,02
Revalorizações			-36 000,00				-36 000,00
Saldo Final	66 402,75	204 279,98	61 791,36	646 271,88	443 729,10	0,00	1 422 475,07
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	0,00	72 983,01	37 891,36	636 470,58	443 147,37	0,00	1 190 492,32
Amortizações do exercício		4 237,76	1 650,00	3 159,66	581,73		9 629,15
Alienações			-36 000,00				-36 000,00
Saldo Final	0,00	77 220,77	3 541,36	639 630,24	443 729,10	0,00	1 164 121,47
Ativos Líquidos	66 402,75	127 059,21	58 250,00	6 641,64	0,00	0,00	258 353,60

O valor das depreciações relativo a ativos fixos tangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 ascende a:

	2022	2021
Edifícios e outras construções	4 425,26	4 237,76
Equipamento básico	11,47	0,00
Equipamento de transporte	16 733,77	1 650,00
Equipamento administrativo	2 856,74	3 159,66
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	581,73
	24 027,24	9 629,15

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis e nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.22				
	Good ill	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangiveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	120 751,32	10 445,22	364,23	9 707,90	141 268,67
	120 751,32	10 445,22	364,23	9 707,90	141 268,67
Amortizações acumuladas e perdas					
Saldo inicial	120 751,32	10 445,22	327,29	6 471,28	137 995,11
Amortizações do exercício			12,32	3 236,62	3 248,94
Saldo Final	120 751,32	10 445,22	339,61	9 707,90	141 244,05
Ativos Líquidos	0,00	0,00	24,62	0,00	24,62

	31.12.21				
	Good ill	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangiveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	120 751,32	10 445,22	364,23	9 707,90	141 268,67
	120 751,32	10 445,22	364,23	9 707,90	141 268,67
Amortizações acumuladas e perdas					
Saldo inicial	120 751,32	10 445,22	314,97	3 235,64	134 747,15
Amortizações do exercício			12,32	3 235,64	3 247,96
Saldo Final	120 751,32	10 445,22	327,29	6 471,28	137 995,11
Ativos Líquidos	0,00	0,00	36,94	3 236,62	3 273,56

O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 ascende a:

	2022	2021
Propriedade industrial	12,32	12,32
Outros ativos intangíveis	3 236,62	3 235,64
	3 248,94	3 247,96

7. INVESTIMENTOS EM SUBSIDI RIAS, ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

7.1. Participações financeiras reconhecidas pelo método da equival ncia patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade detinha as seguintes participações financeiras contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Entidades	Tipo de participação	Capital Social	% Capital Detido	Área de Negócio	Sede
JOÃO MATA - GESTÃO DE RISCOS LDA	Subsídiária	5.000,00	72,22	Consultoria	Lisboa
SANO SEGUROS LDA	Associada	5.000,00	33,30	Mediação Seguros	Lisboa

A Entidade reconhece nas suas Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os seguintes valores relativos à sua participação na quota-parte dessas sociedades:

	31.12.22				
Entidades	Quantia escriturada	Ativo	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado Líquido
JOÃO MATA - GESTÃO DE RISCOS LDA	0,00	63 076,73	17 953,31	6 341,73	-50 137,66
SANO SEGUROS LDA	32 000,03	404 313,82	95 996,50	249 889,90	137 457,53
	32 000,03				

	31.12.21				
Entidades	Quantia escrituada	Ativo	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado Líquido
JOÃO MATA - GESTÃO DE RISCOS LDA	5 801,66	29 283,00	8 090,97	13 265,31	-20 369,94
SANO SEGUROS LDA	71 010,92	227 103,60	213 271,03	30 693,92	-55 556,80
	76 812,58				

Relativamente às participações em empresas filiais e associadas, que transitem de exercícios anteriores, no exercício em que pela primeira vez se adotar o Método da Equivalência Patrimonial, são atribuídas às respetivas partes de capital os montantes correspondentes à fração dos capitais próprios que representam no início do exercício, sendo a diferença para os valores contabilísticos incluída na conta 5711 Ajustamentos em ativos financeiros - Ajustamentos de transição .

Os movimentos ocorridos durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

	31.12.22		
	Entidades Subsidi rias	**Entidades Associadas**	**Total**
Quantia bruta escriturada inicial	5 801,66	71 010,92	76 812,58
Quantia ilíquida escriturada inicial	5 801,66	71 010,92	76 812,58
Movimentos do período:	-5 801,66	-39 010,89	-44 812,55
Parte do investidor nos resultados da investida	-36 209,42	45 814,59	9 605,17
Distribuições recebidas da investida	-	-84 825,48	-
Outros movimentos do período	30 407,76	-	-
Quantia ilíquida escriturada final	0,00	32 000,03	32 000,03

	31.12.21		
	Entidades Subsidi rias	**Entidades Associadas**	**Total**
Quantia bruta escriturada inicial	20 512,83	89 528,00	110 040,83
Quantia ilíquida escriturada inicial	20 512,83	89 528,00	110 040,83
Movimentos do período:	-14 711,17	-18 517,08	-33 228,25
Parte do investidor nos resultados da investida	-14 711,17	-18 517,08	-33 228,25
Distribuições recebidas da investida	0,00	0,00	0,00
Quantia ilíquida escriturada final	5 801,66	71 010,92	76 812,58

A Entidade reconheceu a 31 de dezembro de 2022 um passivo nas suas contas no valor de 30.407,76 que corresponde a perdas adicionais após o interesse de João Mata – Gestão de Riscos, Lda. ser reduzido a zero, cumprindo com o previsto no parágrafo 50 da NCRF 13.

7.2. Participações financeiras reconhecidas pelo método do custo

Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade detinha as seguintes participações financeiras contabilizadas pelo modelo do custo:

Entidades	Tipo de participação	Capital Social	% Capital Detido	Área de Negócio	Sede
Assurex Global Corp.	Outras	-	-	Network Corretores	Ohio - EUA

A Entidade reconhece nas suas Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2022e em 31 de dezembro do 2021, os seguintes valores relativos à sua participação na quota-parte dessas sociedades:

31.12.22

Entidades	Quantia escriturada	Ativo	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado Líquido
Assurex Global Corp.	22 567,40	-	-	-	-
	22 567,40				

31.12.21

Entidades	Quantia escriturada	Ativo	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado Líquido
Assurex Global Corp.	22 567,40	-	-	-	-
	22 567,40				

Os movimentos ocorridos durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

31.12.22

	Outras Entidades	Total
Quantia bruta escriturada inicial	22 567,40	22 567,40
Quantia ilíquida escriturada inicial	22 567,40	22 567,40
Movimentos do período:	0,00	0,00
Quantia ilíquida escriturada final	22 567,40	22 567,40

31.12.21

	Outras Entidades	Total
Quantia bruta escriturada inicial	22 567,40	22 567,40
Quantia ilíquida escriturada inicial	22 567,40	22 567,40
Movimentos do período:	0,00	0,00
Quantia ilíquida escriturada final	22 567,40	22 567,40

A Entidade detém uma participação financeira a longo prazo, sem influência significativa, na sociedade Assurex Global Corp., a maior rede mundial de corretores independentes de seguros, com sede em Columbus, Ohio nos Estados Unidos da América.

A Empresa não tem controlo nem influência significativa nas decisões sobre as políticas financeira e operacional da investida, os instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente e o seu justo valor não pode ser fiavelmente mensurado.

Nestas condições e de acordo com o previsto na alínea c) do parágrafo 12 da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, a mensuração da participação financeira é efetuada ao custo deduzido de perdas por imparidade.

7.3. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, para além das participações financeiras mencionadas nos pontos 7.1 e 7.2 acima, a entidade possui os seguintes investimentos financeiros:

	Tipo de Investimento	31.12.22	31.12.21
JOÃO MATA - GESTÃO RISCOS LDA.	Prestações acessórias	60 000,00	-
TARGETBURGO SGPS LDA	Conta corrente	346 050,81	346 050,81
FCT- Fundo de Compensação	Fundo	15 859,10	14 279,53
		421 909,91	360 330,34

Em 31 de dezembro de 2013 foi celebrado um contrato de abertura de crédito, até montante global de 500.000€, entre a sociedade JOÃO MATA LDA e a sociedade TARGETBURGO, SGPS LDA, podendo o empréstimo ser utilizado até dia 1 de janeiro de 2019. Em 11 de Março de 2019 as partes acordaram em adiar por cinco anos adicionais o prazo de reembolso do contrato. O capital em dívida e respetivos juros deverão ser reembolsados no prazo máximo de 10 (dez) anos a contar da respetiva utilização.

A 30 de Dezembro de 2022, a subsidiária João Mata – Gestão de Riscos Lda. reuniu em Assembleia Geral e deliberou a constituição de Prestações Acessórias no valor de 60.000€ através de suprimentos efetuados pela sócia João Mata, Lda. A constituição de prestações acessórias teve como objetivo suprimir as necessidades de capital resultantes da acumulação de prejuízos no exercício de 2022.

	31.12.22	31.12.21
Quantia bruta escriturada incial	360 330,34	357 435,81
Quantia líquida escriturada inicial	360 330,34	357 435,81
Movimentos do período:		
Outros movimentos do período	61 579,57	2 894,53
Quantia ilíquida escriturada final	421 909,91	360 330,34

8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as diferenças temporárias que os geram, é como segue:

	31.12.22	31.12.21
Ativos por Impostos Diferidos:		
Prejuízos fiscais reportáveis	0,00	0,00
Passivos por Impostos Diferidos:		
FCT	311,57	311,57
Total de impostos diferidos	311,57	311,57

Há lugar ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos, uma vez que a quantia da valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) só é considerada rendimento para efeitos tributários no momento do reembolso à entidade empregadora.

9. CLIENTES

A quantia escriturada de clientes, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, apresentava os seguintes saldos:

	31.12.22		
	Valor nominal	Imparidade	Valor líquido
Saldos não vencidos	0,00	0,00	0,00
Saldos vencidos:	-		
Até 180 dias	0,00	0,00	0,00
De 180 a 360 dias	0,00	0,00	0,00
Mais de 360 dias	6 279,16	6 279,16	0,00
Total	6 279,16	6 279,16	0,00

	31.12.21		
	Valor Nominal	Imparidade	Valor líquido
Saldos não vencidos	0,00	0,00	0,00
Saldos vencidos:			
Até 180 dias	310,55	0,00	310,55
De 180 a 360 dias	0,00	0,00	0,00
Mais de 360 dias	6 279,16	6 279,16	0,00
Total	6 589,71	6 279,16	310,55

10. FORNECEDORES

A quantia escriturada de fornecedores, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, apresentava os seguintes saldos:

	31.12.22	31.12.21
Correntes		
Fornecedores - conta corrente	35 081,41	46 162,75
	35 081,41	46 162,75

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a antiguidade dos saldos de fornecedores pode ser detalhada como se segue:

	31.12.22	31.12.21
Saldos não vencidos	35 081,41	46 162,75
Total	35 081,41	46 162,75

11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

A quantia escriturada de adiantamento a fornecedores, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, apresentava os seguintes saldos:

	31.12.22	31.12.21
Adiantamento a fornecedores	10 278,54	70 076,77
	10 278,54	70 076,77

12. OUTROS CR DITOS A RECEBER

A quantia escriturada de outras contas a receber, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, apresentava os seguintes saldos:

	31.12.22	31.12.21
Correntes		
Adiantamentos a fornecedores	10 278,54	70 076,77
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	12 461,98	8 485,33
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	334 637,29	495 311,29
Outros Devedores		
Tomadores de seguros	72 121,66	84 695,47
Mediadores	977,06	30,42
Companhias de Seguros	304 236,79	332 844,24
Outros	335 336,75	83 280,03
	1 070 050,07	1 074 723,55

A rubrica "Outros créditos a receber" regista uma perda por imparidade relativamente a tomadores de seguros, conforme Nota 13 deste anexo.

13. IMPARIDADE DE ATIVOS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são detalhados conforme se segue:

	31.12.22	31.12.21
C entes		
S do n	6 279,16	5 389,58
Aumentos	0,00	889,58
S do n	6 279,16	6 279,16
O tros de edores tom dores de se ros		
S do n	36 341,79	36 341,79
S do n	36 341,79	36 341,79
O tros de edores o tros		
S do n	75 476,26	75 476,26
Reversões	0,00	0,00
S do n	75 476,26	75 476,26

14. DIFERIMENTOS

As quantias escrituradas em diferimentos, ativos e passivos, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, apresentavam os seguintes saldos:

	31.12.22	31.12.21
Diferimentos (ativos)		
Rend s	2 272,26	3 047,16
Seguros	5 967,68	14 394,28
Outros	19 211,23	1 200,67
	27 451,17	18 642,11
D er mentos ss os		
Rendimentos a reconhecer	99,79	99,79
	99,79	99,79

15. PROVISÕES

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido no valor das provisões foi o seguinte:

	2022	2021
Provisões		
Saldo Inicial	0,00	-
Constituições	30 407,76	-
Reversões	0,00	-
Saldo Final	30 407,76	0,00

Este valor corresponde ao reconhecimento do passivo associado aos valores da entidade subsidiária João Mata – Gestão de Riscos Lda na aplicação do MEP, conforme mencionado na nota 7.1 – Participações financeiras reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial. Uma vez que resultou um valor negativo, foi reconhecida a provisão associada a perdas adicionais após o interesse do investidor ter sido reduzido a zero, conforme o previsto no parágrafo 50 da NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas.

16. CAPITAL PRÓPRIO

16.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Empresa, no montante de 64.846€, encontra-se realizado na sua totalidade e verifica a seguinte composição:

	%	Valor
M J Mata Mediadores Seguros, Lda.	53%	34.534,00
Restantes entidades	47%	30.312,00
Total	**100%**	**64.846,00**

16.2. Restantes rubricas de Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 as rubricas de capital próprio da Empresa, excetuando o capital social, verificam a seguinte composição:

	31.12.22	31.12.21
Reservas		
Reservas Legais	64 846,00	64 846,00
Outras Reservas	1 994 214,38	1 994 214,38
Resultados Transitados		
Resultados Transitados	515 176,07	-60 783,91
Ajustamentos em ativos Financeiros		
AJUSTAMENTO DE TRANSIÇÃO	60 259,63	60 259,63
Outras variações no capital próprio		
Subsídios atribuidos		
Outros	-2 686,26	-2 686,26
Resultado Liquido do período	465 989,86	774 459,98
	3 097 799,68	2 830 309,82

A rubrica de resultados transitados inclui no seu saldo um montante de 1.346,75€ (a crédito) que respeita a excedentes de revalorização, decorrentes da transição do POC (Plano Oficial de Contabilidade) para o SNC, de acordo com o previsto na NCRF 3, tal como referido na Nota 2 do presente anexo.

A rubrica de ajustamentos em ativos financeiros reflete os efeitos decorrentes da adoção do método de equivalência patrimonial relativo às empresas subsidiárias e associadas, representando a quota-parte do investidor nos ativos líquidos das investidas.

A adoção pela primeira vez do SNC implicou o desreconhecimento de ativos, no valor de 2.686,26€. Por esse motivo foi registado esse efeito na rubrica de outras variações no capital próprio.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 20 de junho de 2022, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício (774.459,98 euros) fosse totalmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

A 6 de Setembro de 2022, foi feita uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberação de atribuição de gratificações de balanço aos trabalhadores da Sociedade, com referência ao exercício de 2021. Foi decidido que fosse feita a atribuição de gratificações de balanço aos trabalhadores da Sociedade no montante global de 198.500,00€, por contrapartida da conta de Resultados Transitados. Esta reunião extraordinária resultou do facto de no final de 2022 não ter sido possível fazer uma estimativa fiável da obrigação das gratificações.

17. LOCAÇÕES

17.1. Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não possui quaisquer ativos em regime de locação financeira.

17.2. Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a empresa mantém como responsabilidades de médio e longo prazo alguns contratos, relacionados com equipamento administrativo e viaturas automóveis, com cláusula de penalização em caso de cancelamento.

Em 31 de dezembro de 2022, os acordos de locação operacional significativos que se encontram em vigor são os seguintes:

Bem locado	Locadora	Data início	Data fim	Duração	Pagamentos mínimos totais	Pagamentos mínimos futuros
Viaturas						
Wol sw agen Tiguan 43-TX-47	LeasePlan	07/02/2018	06/08/2023	66 meses	29 023,50	2 561,70
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	11/08/2021	10/08/2025	48 meses	17 000,00	12 485,35
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	11/08/2021	10/08/2025	48 meses	17 000,00	12 485,35
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	11/08/2021	10/08/2025	48 meses	17 000,00	12 485,35
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	11/08/2021	10/08/2025	48 meses	17 000,00	12 485,35
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	11/08/2021	10/08/2025	48 meses	17 000,00	12 485,35
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	13/10/2021	12/10/2025	48 meses	17 000,00	12 958,04
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	13/10/2021	12/10/2025	48 meses	17 000,00	12 958,04
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	13/10/2021	12/10/2025	48 meses	17 000,00	12 958,04
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	13/10/2021	12/10/2025	48 meses	17 000,00	12 958,06
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	25/11/2021	25/11/2025	48 meses	17 000,00	13 319,93
Seat Arona 1.0 TSI FR	LeasePlan	25/11/2021	24/11/2025	48 meses	17 000,00	13 267,87
BMW Serie-5 Touring 530 e	LeasePlan	27/09/2022	26/09/2027	60 meses	58 983,60	56 001,62
Mitshubishi Space Star 1.2 Intense	LeasePlan	22/12/2022	21/12/2027	60 meses	18 386,40	18 327,09
Opel Zafira 1.6 CDTI	Locarent	15/10/2014	15/10/2023	108 meses	36 718,34	3 874,08
Fotocopiadoras						
Xerox Versalin (5 unid.)	Beltrão Coelho	01/07/2019	30/06/2024	60 meses	28 449,90	6 469,90
Total					**358 561,74**	**228 081,12**

18. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

A alocação dos empréstimos entre passivo corrente e não corrente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

	31.12.22	31.12.21
Correntes		
Empréstimos bancários	6 533,67	6 869,99
	6 533,67	6 869,99

19. ESTADO E OUTROS ENTES P BLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

	31.12.22		31.12.21	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC a pagar	-	-	-	121 554,51
IRC a recuperar	17 676,57	-	-	-
Retenção de Impostos sobre Rendimentos		-		
Imp. Sobre o Rend. Trab. Dep	-	55 259,00	-	49 009,00
Imp. Sobre o Rend. Trab. Ind.	-	41,83	-	40,22
Imp. Sobre o Rend. Prediais	-	1 282,95	-	1 282,95
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	20,12	-
Contribuições para a segurança social	-	26 317,53	-	24 193,16
Outros impostos	-	323,93	-	240,68
	17 676,57	83 225,24	20,12	196 320,52

20. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A quantia escriturada de outras contas a pagar, no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, apresentava os seguintes saldos:

	31.12.22	31.12.21
Correntes		
Pessoal	15 093,08	8 151,29
Fornecedores de investimentos	1 943,40	1 943,40
Credores por acréscimo de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	171 283,61	165 032,09
Outros acréscimos de gastos	5 271,21	4 731,47
Outros Credores		
Tomadores de seguros	113 529,45	113 893,10
Mediadores	93 069,42	91 158,89
Companhias de Seguros	927 143,63	953 181,98
Outros	1 361,22	1 361,22
	1 328 695,02	1 339 453,44

21. RÉDITO

A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida pela Entidade durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Prestação de serviços	3 134 422,79	3 488 159,04
Subsídios à Exploração	168,00	-
Juros Obtidos	-	611,31
	3 134 590,79	3 488 770,35

Detalhe por mercado geográfico do rédito reconhecido pela Entidade relativo a prestação de serviços durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021:

	2022	2021
Comissões Seguros	3 134 020,32	3 482 526,18
Nacional	3 104 613,27	3 445 971,73
Internacional	29 407,05	36 554,45
Consultoria e Outros	402,47	5 632,86
Nacional	402,47	0,00
Internacional	0,00	5 632,86
	3 134 422,79	3 488 159,04

Os critérios para reconhecimento dos réditos são os seguintes:

RÉDITO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – São reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

RÉDITO DE JUROS – São reconhecidos na demonstração de resultados pelo método do juro efetivo;

RÉDITO DE DIVIDENDOS – São reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do sócio/acionista a receber o dividendo.

22. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Entidade apresentava nas suas demonstrações financeiras os seguintes Subsídios do governo:

	31.12.22	31.12.21
IAPMEI - Compensação ao aumento do valor da RMMG 2022		
Rendimentos reconhecidos	168,00	0,00
	168,00	0,00

23. GANHOS E PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

A quantia reconhecida em resultados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 decorrente de ganhos e perdas em subsidiárias e associadas detalha-se da seguinte forma:

	2022	2021
João Mata Gestão de Riscos Lda.	-5 801,66	-14 711,17
Sano Seguros - Soc. Med. Seguros	45 814,59	-18 517,08
	40 012,93	-33 228,25

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Subcontratos	**3 450,00**	**-**
Serviços Especializados	**280 885,05**	**324 563,83**
Materiais	**25 987,75**	**32 244,00**
Energia e fluidos	**41 039,39**	**36 097,56**
Deslocações, estadas e transportes	**29 774,24**	**17 666,63**
Serviços diversos	**316 375,05**	**256 127,04**
Rendas e alugueres	144 901,58	153 831,17
Comunicação	38 985,67	50 671,56
Seguros	11 271,62	12 305,90
Contencioso e notariado	127,00	540,00
Despesas de representação	89 848,85	27 003,26
Limpeza, higiene e conforto	18 894,92	10 998,85
Outros fornecimentos e serviços	12 345,41	776,30
	697 511,48	666 699,06

25. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Gastos com o pessoal" apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações dos orgãos sociais	151 069,40	141 605,30
Remunerações do pessoal	1 224 331,83	1 204 358,12
Benefícios pós-emprego	0,00	10 740,82
Encargos sobre remunerações	251 270,85	252 735,11
Indeminizações	875,88	120 082,39
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	10 436,88	11 383,33
Gastos de ação social	68 677,55	0,00
Outros gastos com o pessoal	49 404,45	48 575,39
	1 756 066,84	1 789 480,46

O número médio de empregados durante os períodos de 2022 e 2021, foi o seguinte:

2022	2021
36	36

26. GASTOS REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis	24 027,24	9 629,15
Activos intangíveis	3 248,94	3 247,96
	27 276,18	12 877,11

27. IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS REVERSÕES)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)" apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Dívidas de clientes	0,00	889,58
Outros devedores	0,00	0,00
	0,00	889,58

28. AUMENTOS REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os resultados gerados em operações com justo valor foram os seguintes:

	2022	2021
Perdas	**2,27**	**0,00**
Investimentos financeiros	2,27	0,00
Ganhos	**0,00**	**51,49**
Investimentos financeiros	-	51,49
	2,27	51,49

29. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Outros rendimentos" apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Outros rendimentos		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	45,55	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	12 000,00
Correções relativas a exercícios anteriores	168,75	136,29
Outros rendimentos	7 899,90	112 074,55
	8 114,20	124 210,84

30. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Outros gastos" apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Impostos	62 278,68	65 994,23
Gatos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	852,98
Outros gastos	29 896,32	29 910,03
	92 175,00	96 757,24

31. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, verificava-se a seguinte decomposição de juros e outros rendimentos e gastos similares:

	2022	2021
Juros Suportados		
Juros de financiamento	1 030,76	665,27
Juros de mora e compensatórios	28,34	0,29
	1 059,10	665,56

	2022	2021
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	611,31
	0,00	611,31

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2018 a 2022, inclusive, poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Gerência entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das Autoridades Fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Imposto corrente	-112 229,43	-157 974,51
Imposto diferido	0,00	-80 000,93
Gasto com Impostos sobre o rendimento	-112 229,43	-237 975,44

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, verificam-se as seguintes taxas efetivas de imposto sobre o rendimento:

	2022	2021
1 Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	578 219,29	1 012 435,42
2 Imposto corrente (inclui tributações autónomas)	112 229,46	157 974,51
3 Imposto diferido	0,00	80 000,93
4 Imposto sobre o rendimento do período (4 2 3)	112 229,46	237 975,44
5 Taxa efetiva do imposto sobre o rendimento (5=4 1 100)	19,41%	23,51%
6 Taxa efeitva do imposto corrente (6=2 1 100)	19,41%	15,60%

33. PARTES RELACIONADAS

33.1. Relacionamento com a empresa mãe

A Empresa é detida em 53% pela sociedade M J Mata Mediadores de Seguros Lda, com sede Lisboa, Portugal.
O grupo está dispensado de apresentar contas consolidadas.

33.2. Remuneração do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, foram as seguintes:

	2022	2021
Benefício de curto prazo dos empregados	36 572,00	18 572,00
Outros benefícios de longo prazo	132 497,40	123 033,30
	169 069,40	141 605,30

33.3. Transações e saldos entre partes relacionadas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 registaram-se as seguintes transações com partes relacionadas:

		31.12.22		31.12.21	
Entidades	31.12.2022	Rédito	Gastos reconhecidos	Rédito	Gastos reconhecidos
MJ Mata Mediadores Seguros Lda.	Empresa-mãe	0,00	11 565,72	0,00	9 218,40
João Mata Gestão de Riscos Lda.	Subsidiária	0,00	7 800,33	0,00	16 316,33
Sano Seguros - Soc. Med, Seguros Lda.	Associada	0,00	0,00	0,00	0,00
Targetburgo. SGPS Lda.	Outras Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	19 366,05	0,00	25 534,73

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

		31.12.22			31.12.21		
Entidades	Natureza	A receber corrente	A receber não corrente	A pagar corrente	A receber corrente	A receber não corrente	A pagar corrente
MJ Mata Mediadores Seguros Lda.	Empresa-mãe	110 117,11	0,00	51 829,55	60 849,85	0,00	52 253,48
João Mata Gestão de Riscos Lda.	Subsidiária	22 380,30	0,00	0,00	1 559,11	0,00	0,00
Sano Seguros - Soc. Med. Seguros	Associada	104 271,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Targetburgo, SGPS Lda.	Outras Entidades	7 570,37	346 050,81	0,00	7 570,37	346 050,81	0,00
João Mata Moçambique	Outras Entidades	14 787,80	0,00	0,00	14 102,17	0,00	0,00
		259 127,32	346 050,81	51 829,55	84 081,50	346 050,81	52 253,48

34. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do nº 2 do art.º 20 do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, a Empresa em 31 de dezembro de 2022 não tinha constituída qualquer dívida em mora à Segurança Social.

Também não tinha constituída quaisquer dívidas em mora ao Estado, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de novembro.

34.1. Avales e garantias bancárias prestadas

- ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – 38.270€
- Outros – 1.345,11€

35. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGURO OU DE RESSEGUROS

Apresentação de informação estabelecida nos termos do nº1 do artigo 51.º da Norma Regulamentar n.º13/2020-R, de 30 de dezembro.

- Corretor de Seguros nº 607161038/3
- Mediador de Resseguros nº 816440711/3

1 – MEDIADORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações:

Em conformidade com o mencionado no ponto 3.10 do presente anexo, o rédito das remunerações, vulgo comissões de seguros, é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação que, de acordo com a política da Empresa, se considera verificada no momento de cobrança dos prémios de seguro, ou seja, quando o tomador do seguro paga o valor do prémio.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

As remunerações relacionadas com contratos de seguro foram recebidas através de transferência bancária, cheque, numerário ou por encontro de contas com prestações de contas a efetuar às companhias de seguro.

Por Natureza	2022	2021
Numerário	3 134 423,00	3 482 527,00
	3 134 423,00	3 482 527,00

Por Tipo	2022	2021
Comissões seguros	3 134 423,00	3 482 527,00
	3 134 423,00	3 482 527,00

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro por si intermediados desagregadas por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não vida", e por origem:

Por Ramos	2022	2021
Vida	78 406,00	39 943,00
Não Vida	3 056 017,00	3 442 584,00
	3 134 423,00	3 482 527,00

Por Origem	2022	2021
Seguradoras ASF	3 124 827,00	3 482 527,00
Outras entidades	9 596,00	0,00
	3 134 423,00	3 482 527,00

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira:

No final do exercício de 2022, verificam-se níveis de concentração superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela empresa. Para o cálculo do nível de concentração, foram consideradas as remunerações auferidas de empresas de seguros registadas na ASF, de empresas de seguros não registadas na ASF (riscos assumidos fora do território nacional) e de outros corretores e mediadores de seguros. Evidencia-se também o nível de concentração calculado exclusivamente com base nas remunerações auferidas de empresas de seguros registadas na ASF.

	Remuner. - Total		Remuner. - Companhias ASF	
	2022	2021	2022	2021
Por origem				
Fidelidade - Companhia de Seguros S.A	43,80%	39,42%	43,93%	39,42%
Generali Seguros, S.A.	32,06%	28,99%	32,16%	28,99%
Outras Seguradoras ASF	23,83%	31,59%	23,91%	31,59%
Outras Entidades	0,31%	0,00%	0,31%	0,00%
	100%	100%	100%	100%

e) Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros:

Valores "Clientes"	2022	2021
Saldo início exercício	2 287 840,00	2 116 176,00
Movimento ano - débito	16 403 906,00	18 014 224,00
Movimento ano - crédito	16 372 399,00	17 842 560,00
	2 319 347,00	2 287 840,00

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem:

	Contas a receber		Contas a pagar	
	2022	2021	2022	2021
Por entidade				
Tomadores de seguros	62 557,00	74 057,00	109 595,00	112 251,00
Empresas de seguros	304 237,00	332 845,00	932 195,00	953 182,00
Outros mediadores	977,00	31,00	93 051,00	91 159,00
Outros	762 279,00	667 791,00	193 854,00	182 862,00
	1 130 050,00	1 074 724,00	1 328 695,00	1 339 454,00

g) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por:

	Contas a receber		Contas a pagar	
	2022	2021	2022	2021
Por origem				
I) Fundos recebidos p/serem transferidos p/as empresas de seguros p/pag. de prémios	0,00	0,00	932 195,00	953 182,00
II) Fundos em cobrança relativos a recibos de prémios de seguros	62 557,00	74 057,00	0,00	0,00
III) Fundos confiados por empresas de seguros p/ serem transferidos para terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00
IV) Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados ou por cobrar	0,00	0,00	0,00	0,00
V) Outras quantias	1 067 493,00	1 000 667,00	396 500,00	386 272,00
	1 130 050,00	1 074 724,00	1 328 695,00	1 339 454,00

h) Análise da idade das contas a receber vencidas data de relato, mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os fatores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade:

	Até 120 dias	Mais 120 dias	Total 2022	Total 2021
Sem imparidade	0,00	62 557,00	62 557,00	74 057,00
Com imparidade	0,00	36 342,00	36 342,00	36 342,00
	0,00	98 899,00	98 899,00	110 399,00

i) Informação acerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor:

Não se aplica.

j) Transmissões de carteiras de seguros em que tenha participado durante o exercício, com indicação dos valores envolvidos:

Não se aplica.

) Contratos cessados com empresas de seguros nos termos do artigo 45. do Decreto-Lei n. 144/2006, de 31 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n. 359/2007, de 2 de novembro, e indicação de eventuais indemnizações de clientela:

Não se aplica.

l) Breve descrição da natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes, e quando praticável uma estimativa do seu efeito financeiro, exceto se essa informação já se encontrar descrita noutra nota, caso em que deve ser explicitamente identificada:

Não se aplica.

2 – CORRETORES DE SEGUROS

a) Indicação das empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira, com indicação das respetivas percentagens:

	Remunerações - Total				Remunerações - Comp. Registo ASF			
	2022		2021		2022		2021	
Entidades	-	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Fidelidade - Companhia de Seguros S.A	1 262 462,00	40,28%	1 372 825,00	39,42%	1 262 462,00	40,40%	1 372 825,00	39,42%
Generali Seguros, S.A	933 496,00	29,78%	1 009 645,00	28,99%	933 496,00	29,87%	1 009 645,00	28,99%
Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A	202 789,00	6,47%	297 896,00	8,55%	202 789,00	6,49%	297 896,00	8,55%
Liberty Seguros, Seguros y Reaseguros, S.A	88 616,00	2,83%	107 707,00	3,09%	88 616,00	2,84%	107 707,00	3,09%
Zurich Insurance PLC	121 453,00	3,87%	126 041,00	3,62%	121 453,00	3,89%	126 041,00	3,62%
Outras Empresas de Seguros	516 011,00	16,46%	568 423,00	16,32%	516 011,00	16,51%	568 423,00	16,32%
Outras entidades	9 596,00	0,31%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	3 134 423,00	100%	3 482 537,00	100%	3 124 827,00	100%	3 482 537,00	100%

b) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome:

Todas as empresas de seguros, que confiam a esta entidade fundos para pagamento de prémios, outorgaram poderes para o recebimento em seu nome.

Gonçalo Nuno dos Anjos Peres
(Contabilista Certificado)

Maria João dos Santos Rodrigues Nunes da Mata
(Gerente)

Maria Manuela dos Santos Rodrigues Nunes da Mata
(Gerente)